



TRANSPARÊNCIA

Órgão de Divulgação do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário - SINDISERJ

IMPRESSO

Reposição de 11%

Assembléia deve votar o projeto do TJ até o dia 15 de dezembro. A aprovação é tida como certa

Servidores do Poder Judiciário estão confiantes de que a proposta de reposição salarial será aprovada pela Assembléia Legislativa. Embora alguns deputados garantam que não existe motivo para preocupações, o Sindiserj não perde um só minuto, mantendo contatos com os parlamentares diariamente.

PÁGINA 3

Sindicato terá brinde para filiados

A Diretoria do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário está empenha-

da em adquirir um brinde de Natal para seus filiados. As negociações para a aquisição estão

bem avançadas e já nos próximos dias será iniciada a sua distribuição

Julgado um dos processos das URV's

O Superior Tribunal de Justiça colocou em pauta no dia 11, para apreciação no último dia 27 de novembro, a ação de reclamação de número RCL 899, tendo como reclamante o Estado de Sergipe e reclamado o Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. Resultado do julgamento: "A seção, por unanimidade, julgou procedente a reclamação, nos termos do voto do senhor Ministro Relator", Vicente Leal.

A advogada do Sindicato, Lenieverson Santana Menezes Correia, acompanhou o julgamento, cujo voto do Ministro foi apresentado de forma sumária, sem se deter nos detalhes. Embora tenha esperado o dia seguinte para conseguir uma cópia na íntegra, ainda assim não foi possível já que a peça estava sem a assinatura do Ministro.

Com isso, a advogada está na espera que o voto seja enviado pelo fax, para então ser procedida sua análise e assim decididas quais as próximas medidas a ser tomadas. Na próxima edição do TRANSPARÊNCIA o andamento dessa ação, uma das quatro que tramitam em Brasília (DF), será abordada detalhadamente.

AINDA URV — Aproveitando a oportunidade, a Lenieverson Correia reiterou em Brasília o pedido de preferência no julgamento do processo que se encontra no STF, como também no STJ. Dos processos, o que está mais próximo de um desfecho é o Agravo Regimental que tem como relator o Ministro Carlos Veloso, do STF.



Maior força e mais representatividade

Dirigentes sindicais, reunidos em João Pessoa (PB), fundaram a Federação dos Servidores do Poder Judiciário da Região Nordeste (Fenordeste), entidade que já nasce integrando a linha de frente da luta pela criação da Confederação da categoria. Os sergipanos Cláudio Siqueira Carvalho e Maria de Fátima Guimarães são membros da Diretoria da nova entidade de classe (PÁGINA 4).

Albano diz que não deve ao Servidor

Em entrevista coletiva concedida no último dia 29 de outubro, o Governador Albano Franco, dentre outras informações passadas aos jornalistas, afirmou que entregará o Governo totalmente saneado, atendendo a um rigoroso ajuste fiscal, além de pagos todos os compromissos assumidos por sua administração.

A bem da verdade, esse é um tema já trombeteado pelo secretário da Fazenda, Fernando Mota, em declarações prestadas ao semanário Cinform, na segunda semana de outubro. Na oportunidade, garantiu ele que "o próximo governador vai receber o Estado completamente saneado, sem dívida com o servidor público, nem com fornecedores".

Embora governador e secretário estejam afinados, o discurso comum não corresponde à realidade. Dirigentes do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário contestam: "Quanto aos fornecedores, cabe a eles se manifestarem, já em relação ao funcionalismo, principalmente os trabalhadores do Judiciário, a afirmativa é, no mínimo, fantasiosa, um delírio".

Segundo os sindicalistas, não fosse o adicional de desempenho, que incide 25% sobre o salário base e, de forma decrescente, chega a 5% para o nível superior especial, mais o aumento de 10% concedido em janeiro passado, o salário seria o mesmo de oito anos atrás, quando teve início a novela de terror que está chegando ao seu final".

Esclarecem ainda que essas posições foram possíveis devido a permanente mobilização do Sindiserj em favor de suas bases, bem como pela vontade do Presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Antônio de Andrade Góis, principalmente no que se refere à parcela dos 10% que, se dependesse do Executivo, o benefício ficaria restrito à esfera da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Contas.

O coro do chefe e seu auxiliar provocou indignação aos servidores, uma vez que, enquanto o secretário da Fazenda afirma que o Estado está com suas contas em dia, a realidade é bem diversa dessa farsa, se traduzindo no débito de diversas parcelas que vêm se acumulando ao longo do tempo.

Dentre outras pendências, os líderes sindicais enumeram a reposição salarial, a atualização do Plano de Cargos e Salários – há mais de 10 anos achatados – e as URV's, que consumiram mais de 12% dos seus vencimentos durante seis anos.

–Será que não podemos chamar tudo isso de dívidas? O servidor do Judiciário vem perdendo o seu poder aquisitivo e, conseqüentemente, afogando-se na inadimplência, em juros extorsivos dos cheques especiais, dos cartões de crédito e de empréstimos bancários. Diante disso, fica patente que o saneamento das contas do Estado tem muito a ver com a situação de privações que o governo Albano Franco nos impôs.

REVISÃO DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS — O

processo – cujo relator é o Desembargador Fernando Ribeiro Franco, que preside a equipe formada pelos De-

MANDADO DE INJUNÇÃO — O

Parecer do Ministério Público foi contrário ao pleito, alegando os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal. O processo está com a Desembargadora Marilza Maynard, que vai fazer o

sembargadores Roberto Eugênio da Fonseca e Epaminondas Silva de Andrade Lima – foi despachado para o Ministério Público, para o Procurador de Justiça emitir o parecer.

relatório e dar o seu voto. A expectativa do servidor é grande, pois o Estado já admitiu um débito de 24% retroativo a 1999. Em breve, o Sindicato espera estar comunicando a data do julgamento.

Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário SINDISERJ

Filiado à FENAJUD

Rua Arauá, 104 – Centro
Fone (79) 211.7857
9977.5317

E-mail:
sindiserj@infonet.com.br
Aracaju (SE)
Cep 49010.330

PRESIDENTE
Cláudio Siqueira Carvalho

VICE-PRESIDENTE
Jairo Cardoso de Albuquerque

SECRETÁRIA GERAL
Maria de Fátima Guimarães

SECRETÁRIA DE ECONOMIA E FINANÇAS:
Gercilândia de Jesus Santos

SECRETÁRIA DE FORMAÇÃO SINDICAL:
Zeni Batista dos Santos

SECRETÁRIO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER:
Murilo Gomes da Silva Júnior

SECRETÁRIO DE MOBILIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO E IMPRENSA
Manoel Alves de Oliveira Filho

SUPLENTE:
José Ronaldo Souza,
Rosimeire Calazans dos Santos,
Genisson da Silva Filho

CONSELHO FISCAL
José Soares dos Santos Filho,
Rosa Cristina Andrade Murad,
José do Patrocínio Moura

SUPLENTE
Maria Helena Silveira,
Antônio André Ferreira,
José Ribeiro dos Santos



DIREÇÃO
Cláudio Siqueira Carvalho
Maria de Fátima Guimarães
Jairo Cardoso de Albuquerque

CRIAÇÃO E PRODUÇÃO
Sergipe Editorial (9136-4029)

MARKETING
Geraldo Costa

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Paulo Afonso Cardoso da Silva – DRT 677

IMPRESSÃO
Info Graphics

TIRAGEM
1.500 exemplares

TJ aprova reposição de 11%

Deputados criam dificuldades, embora o projeto tenha total respaldo constitucional e de Adin's de vários Estados

Os Servidores do Poder Judiciário foram tomados de surpresa diante das declarações de alguns deputados, que se posicionaram contra o projeto de Lei encaminhado à apreciação do Legislativo pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador José Antônio de Andrade Góes.

Através dessa proposta, devidamente aprovada pelo Pleno, a partir de janeiro próximo será concedida reposição salarial de 11%, índice que é ainda inferior à inflação apurada em apenas três anos e meio – de junho de 1998 a dezembro de 2001 – que foi de 23,56%, segundo deixa claro a Exposição de Motivos que acompanha o citado projeto.

Inicialmente, alguns dos parlamentares não concordaram com essa recomposição apenas para os trabalhadores do Judiciário, defendendo que ela fosse estendida aos demais Servidores, ao mesmo tempo em que alegaram o cumprimento do Código Eleitoral, que

não permite qualquer reajuste salarial ao funcionalismo seis meses antes e depois das eleições e, ainda, em face da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Reconhecimento

Para a Diretoria do Sindiserj, não resta dúvida de que os oito anos do governo Albano Franco ficaram gravados na memória do servidor, principalmente pelo arrocho salarial desumano e descabido. Mas, ressalvas devem ser feitas à política adotada pelo Desembargador Antônio Góes no exercício da Presidência do TJ, considerada uma das melhores dos últimos anos.

Segundo os sindicalistas, o Desembargador Antônio Góes não se descuidou do aperfeiçoamento e de inúmeros avanços à estrutura física do Judiciário, da mesma forma que demonstrou consideração e respeito para com os seus Servidores.

Caso seja aprovado pela Assembleia Legislativa o percentual agora proposto, nos dois anos de sua administração, o atual presidente do TJ terá promovido um reajuste salarial de 21%, visto que há um ano foram concedidos 10%, além de ter criado o adicional por desempenho de 25% para os níveis básico e médio, de 10% para o nível superior e de 5% para o superior especial.

Vale ressaltar que essa reposição salarial é garantida por dispositivo constitucional, além de ser confirmada por várias Ações declaratórias de inconstitucionalidade (Adin's) de diversos Estados, o que a torna livre de vínculos com a LRF.

Em relação à Lei Eleitoral, o restabelecimento dos salários é legal pelo fato de que, por não ter concorrido a cargo eletivo, o Presidente do Tribunal de Justiça está fora do alcance das restrições que ela estabelece.

O Presidente do Sindiserj, Cláudio Siqueira Carvalho tem conversado diariamente com os deputados, bem como tem procurado os membros do TJ, no sentido de esclarecer todas as dúvidas e remover qualquer obstáculo à aprovação do Projeto. Recentemente, inclusive, ele foi informado por alguns parlamentares de que, até o dia 15 de dezembro, a reposição estará aprovada. Para essa previsão não falhe, os dirigentes do Sindicato continuam vigilantes.

**8 ANOS
DE
ARROCHO**

Servidor torna-se vítima dos juros altos e do endividamento

Oito anos de arrocho salarial, enquanto as tarifas de serviços básicos – energia, água e telefone – e os preços nos supermercados e no comércio em geral não paravam de subir, levando os servidores públicos estaduais sergipanos ao endividamento nos bancos e administradoras de cartões de compras.

Como os preços continuam subindo, o salário com seu poder de compra sempre reduzido, o rombo no orçamento doméstico é cada vez maior, principalmente se o trabalhador recorra aos empréstimos bancários.

Num levantamento realizado entre alguns instituições financeiras, ficou

constatado que embora a taxa de juros cobrada aos servidores do Judiciário seja diferenciada, ainda assim se encontra num patamar bastante elevado: 3,90% no Sudameris e 3,95% no Banese, sendo a mais moderada a da Caixa Econômica Federal, de 3,10%.

Enquanto os juros de mercado para os empréstimos pessoais estão em torno dos 5,10% ou mais, nos casos de convênios com direito a desconto em folha, ela pode chegar até os 3% ou pouco menos, quando o empregador torna-se responsável pelo risco da inadimplência. Veja nas tabelas ao lado como ficam as prestações em cada banco, a depender do valor tomado.

Banese	Valor R\$	Prestação x 24
	10.000,00	660,70
	7.000,00	462,49
	5.000,00	330,35
	2.000,00	132,14
	1.000,00	66,07

Sudameris	Valor R\$	Prestação x 24
	10.000,00	680,12
	7.000,00	478,11
	5.000,00	343,43
	2.000,00	141,41
	1.000,00	74,07

Caixa Econômica Federal	Valor R\$	Prestação x 24
	10.000,00	595,00
	7.000,00	416,00
	5.000,00	297,00
	2.000,00	118,00
	1.000,00	58,00

Criada a Fenordeste

Federação reúne Sindicatos nordestinos dos Servidores do Poder Judiciário

Na avaliação da delegação do Sindiserj sobre os trabalhos do V Encontro do Colégio Permanente dos Presidentes de Sindicatos do Poder Judiciário da Região Nordeste, dentre outros importantes pontos, ficou a constatação de que os trabalhadores precisam se preparar para as mudanças que vão ocorrer nesse setor.

Realizado em João Pessoa (PB), nos dias 12 e 13 de outubro, o evento teve a participação de oito Estados, tornando possível a fundação da Fenordeste – Federação dos Servidores do Poder Judiciário da Região Nordeste, cuja Diretoria tem a participação de dois dirigentes do Sindiserj: do presidente Cláudio Siqueira Carvalho, eleito Secretário de Formação Sindical, e da Secretária Geral Maria de Fátima Guimarães, conduzida ao Conselho Fiscal da nova entidade.

Na opinião da representação do

Cláudio, a voz e o voto de Sergipe na criação da Fenordeste



Sindiserj, o tema central do V Encontro, "Reforma do Judiciário Paraibano" foi muito importante, por possibilitar oportunas conclusões.

A Reforma, apresentada pela desembargadora do Judiciário da Paraíba, Maria de Fátima Bezerra Cavalcante, e pelo juiz Aluizio Bezerra Filho, assessor especial do TJ/PB, mereceu maior ênfase no seu aspec-

to técnico, em detrimento do lado humano. Com isso, ficou patente que o processo evolutivo, dentro de curto espaço de tempo, poderá vir surpreender os trabalhadores, com a redução dos quadros de pessoal através do processo de modernização. Tal constatação serve como um alerta para que a categoria se organize e se prepare para essa nova realidade.

Elias

20 anos de muita dedicação ao trabalho

Dedicado e atencioso, em abril próximo o motorista Elias Carlos dos Santos estará completando 20 anos de serviço. Casado, dois filhos e com o processo de adoção de uma criança em andamento, ele fala com orgulho do seu trabalho.

Há seis anos lotado na Justiça Volante, Elias comenta sobre as responsabilidades do seu trabalho, mas afirma estar preparado, principalmente levando em consideração os treinamentos proporcionados pelo Tribunal de Justiça.

Lembra ele que ao ser admitido em abril de 1983, a frota era formada por apenas quatro automóveis para servir aos Desembargadores. Com isso, ele já dirigiu para vários Presidentes e Corregedores, ou para autoridades em visita ao nosso Estado – dentre estas últimas, ele cita o Ministro Luiz Carlos Fontes de Alencar, do Superior Tribunal de Justiça, que



Elias, o boton é inseparável

também já integrou o Judiciário sergipano.

Elias é um dos poucos, ou o único servidor que jamais "esquece" de usar o seu boton da campanha que reivindica o pagamento das URV's. E olha que, devido a sua função, frequentemente ele está em contato pessoal com graduados integrantes do Judiciário.

Como se sabe, a luta pelo pagamento da URV se arrasta há dez longos anos, sendo que o boton foi lançado há sete anos, o que o faz já ter cano esquecimento – aliás, muitos dos interessados, inclusive, procuraram se descartar do lembrete reivindicatório assim que o recebeu.

Para o motorista Elias, a pequena peça continua válida, ou seja, o boton permanece no seu peito, uma vez que o caso das URV's ainda não teve seu desfecho final.

—Não tem porque guardar o broche, ele é parte de uma luta, uma forma simples encontrada por nosso Sindicato para reivindicar um direito que é de todos. Sei que não estou ofendendo a ninguém, como também tenho certeza de que essa é uma campanha por uma coisa justa, por um direito que é meu e dos meus colegas.